



Ata da Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do “Aprofundamento da Calha do Rio Tietê”, realizada no dia 15 de julho de 1997 na cidade de Porto Feliz.

Realizou-se no dia 15 de julho de 1997, no Porto Feliz Tênis Clube, localizado na rua Santa Cruz, 792, Vila Alcala, na cidade de Porto Feliz, Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Aprofundamento da Calha do Rio Tietê”, de responsabilidade do Departamento de Águas e Energia Elétrica-DAEE. Depois de declarar abertos os trabalhos, o Secretário Executivo, Germano Seara Filho, convidou, para compor a Mesa, a representante da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção dos Recursos Naturais-CPRN, Helena de Queiroz Carrascosa von Glhen, o representante do Consema eleito entre os membros presentes, conselheiro Rinaldo Orlandi, o Secretário de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras, Hugo Marques da Rosa, e, em seguida, declarou que, em nome do Deputado Fábio Feldmann, Secretário de Estado do Meio Ambiente, a quem representava neste evento, saudava a todos, o Secretário Hugo Rosas, os parlamentares presentes, os prefeitos e promotores de justiça, presidentes de órgãos públicos e de entidades da sociedade civil e todos os que se encontravam presentes para discutir essa questão de grande interesse para o Estado de São Paulo. Declarou, em seguida, que, antes de dar prosseguimento à reunião, faria uma apresentação sucinta das normas que regeriam os trabalhos, nos termos da Deliberação Consema 50/92, para que fossem por todos conhecidas. Finalizou dizendo que até 5 dias, depois de transcorrida a audiência, as pessoas poderiam encaminhar à Secretaria do Meio Ambiente, através de correspondência registrada, qualquer contribuição que eventualmente desejassem fazer e, dando início efetivo aos trabalhos, convidou para apresentar o projeto, o Eng^o Jorge Simão Júnior, do DAEE, Diretor da Bacia do Alto Tietê e da Baixada Santista. Usando transparências o Eng^o Jorge Simão esclareceu: que faria uma caracterização do problema das enchentes na RMSP, consequência da exacerbação do processo de urbanização da área; que São Paulo, já na década de 30, passou a expandir seus vetores, para além do Rio Tamanduateí, no bairro da Móoca, para a Zona Norte, Santana e adjacências, aumentando sua mancha urbana, embora em proporções menores do que atualmente; que, na década de 50, essa mancha começou a adensar-se, com a expansão da Zona Norte e o surgimento, às margens do Rio Tamanduateí, de pequenos aglomerados urbanos; que, nessa época, ainda não se expandira a indústria automobilística, sendo, portanto, pequeno o impacto da urbanização na região do ABC; que, em 1973, com a expansão deste tipo de indústria, o ABC já vivia um processo de conurbação, a Zona Norte continuava se expandindo e o processo de urbanização tomava toda a margem direita do Rio Pinheiros; que somente em 1971 a barragem de Ponte Nova foi construída; que a proporção da mancha urbana que levou ao projeto de aprofundamento da calha só se consolidou em 1985, tomando grande parte dessa bacia, numa proporção equivalente a 36%, o que provocou alteração no regime do Rio Tietê; que a canalização executada pela Prefeitura do Município de São Paulo nas décadas de 40, 50 e 60 acabou sendo superada pelo processo de conurbação; que o projeto em análise se baseou em um processo de urbanização previsto para concluir-se no ano de 2005 e que, numa revisão recente feita pelo Consórcio Hidroplan, constatou-se que essa tendência deverá manter-se até o ano 2020 ou 2025, e que foi, justamente nesse cenário, que se baseou o projeto da calha; que o Rio Tietê possuía no trecho Alto Tietê, que ia até Pirapora do Bom Jesus, com a Represa de Pirapora, uma área de 5.700 km², e que, entre Edgard de Souza e a cabeceira, a área era de 4.700 km², sendo esta última bastante urbanizada; que se pretendia dar prosseguimento à execução do projeto de ampliação da calha e que o DAEE já executara um terço dessa obra no trecho entre Edgard de Souza e o Rio Pinheiros; que,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

por ocasião das chuvas mais fortes, a estrutura do Retiro do Rio Pinheiros, na sua confluência com o Rio Tietê, era fechada, isolando, portanto, a bacia do Rio Pinheiros da bacia do Rio Tietê, e que esse sistema fora implementado pela Light; que, nessas ocasiões, o Rio Tietê, devido à altura das marginais, ficava 1,60 m acima da linha d'água do Rio Pinheiros, o que fazia com que este não contribuísse com o Rio Tietê, por gravidade, na ocasião das cheias, ficando este isolado; que existiam duas estações de bombeamento, uma em Traição e outra em Pedreira, que acabavam por transportar essa água até o Reservatório Billings; que, a montante, estavam o Rio Tamanduateí e o Córrego Aricanduva; que próximo a Barragem da Penha, situada onde se iniciava a várzea do Alto Tietê, o DAEE construíra três barragens: Ponte Nova, a maior dela, já operando desde 1971, Jundiáí, operando desde 1990, e Taiapuêba, que operava precariamente, com uma cota mais baixa que seu projeto, em virtude da implantação de uma indústria em seu reservatório; que, no contexto do financiamento recebido pelo Governo do Japão, no qual se inscrevia este projeto, estavam previstas as barragens de Paraitinga e Biritiba, com cerca de 60 milhões de metros cúbicos de volume cada uma; que esse sistema de controle de cheias operava com barragens de médio a grande portes do Alto Tietê; que o DAEE também vinha desenvolvendo projetos para controle de cheias na Bacia do Rio Tamanduateí, que previam 46 pequenos tanques ou reservatórios de contenção, para prevenir um progressivo aumento de vazão para o Rio Tietê; que a Prefeitura de São Paulo projetou a execução de cinco piscinões ou tanques nas cabeceiras do Rio Aricanduva, outro grande afluente, de forma a não agravar mais o Rio Tietê; que para o Rio Cabuçu, a jusante da Penha, o DAEE projetará uma barragem, ou um grande piscinão; que os grandes piscinões e essas barragens formavam o elenco das obras previstas para o controle de cheias; que, ainda assim, era necessário ampliar a calha, pois a Prefeitura de São Paulo, quando iniciou a canalização e a retificação do Rio Tietê em seu trecho inicial, não tinha idéia dessa evolução urbana nem das vazões que aportariam ao rio; que, portanto, o motivo para a ampliação da calha era o escoamento das vazões; que, para não agravar a situação do Médio Tietê, a Eletropaulo, no âmbito de um plano elaborado e aprovado à época do Governo Montoro pelo extinto Codegran (nessa época não existiam os Comitês de Bacia nem o Consema e o órgão de deliberação da Grande São Paulo era o Codegran), executaria um conjunto de obras, além do rebaixamento da calha e da execução dessas barragens; que já foi feita a adequação da barragem Edgard de Souza com a utilização de descarregadores de fundo, que outra coisa não são senão um canal lateral; que um outro descarregador de fundo será executado em Pirapora, com a finalidade de aumentar o volume de espera de Pirapora e assim controlar melhor as cheias crescentes decorrentes do Alto Tietê; que já havia nessa região os seguintes barramentos: Rasgão, depois de Pirapora, já no Médio Tietê, e Porto Góis e Barra Bonita; que, entre Edgard de Souza, onde se localizavam grandes afluentes de vazão, e Porto Góis, próximo a Salto, havia uma área de drenagem adicional de 3 mil km²; que as áreas de drenagem assim se localizavam: uma, a montante da Barragem da Penha, alí onde se iniciava a várzea, que media 1955 km²; outra, em Santana do Parnaíba, onde se localizava a Edgard de Souza, e que media 4815 km²; outra, em Rasgão, que media 1000 km²; que, de Edgard de Souza a Porto Góis, havia uma diferença de pouco mais de 3000 km²; que, nesses 3000 km² de contribuição do Médio Tietê, o Rio Jundiáí era um grande contribuinte, que desembocava praticamente na barragem de Porto Góis, apresentava uma área de drenagem de 1150 km² e atravessava diversos Municípios cuja evolução urbana acentuada alterara as características fluviais desse rio; que, em 7 de fevereiro de 1995, há pouco mais de dois anos, a vazão descarregada em Rasgão foi da ordem de 600 m³/s, tendo chegado a Porto Góis com a contribuição do Rio Jundiáí e mais 1000 km da bacia intermediária, ou seja, 1022 m³/s, portanto, com um incremento de 400 m³/s



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

provenientes da bacia do Médio Tietê, o que denotava a necessidade de se estudar essa bacia, em virtude do avanço e do progresso dessa região, que trouxeram, sem dúvida, alterações no regime dos rios, gerando picos maiores como aconteceu na região da Grande São Paulo; que essa obra será executada em um trecho de apenas 16 km, iniciando-se nos 4 primeiros km que a Eletropaulo já canalizou até a confluência do Rio Pinheiros, no chamado Cebolão; que a extensão desde Edgard de Souza até a barragem da Penha era de 45 km e que, embora necessária, essa obra não era suficiente para resolver os problemas de cheias do Rio Tietê; que o trecho a montante, que ia do Cebolão até a barragem da Penha, continuaria sofrendo transbordamentos até que a obra total de aprofundamento, da ordem de 2,50 metros em média, chegasse até a barragem da Penha; que era necessário executar-se esse trecho, pois, só assim, se executariam as obras a montante; que se salientava esse aspecto porque o impacto dessa obra no Rio Tietê, evidentemente, era menor em termos de transferência de cheias, pela inexistência de incrementos de vazão, pois não será alterado o trecho mais crítico da Grande São Paulo. Em seguida, o Secretário Executivo convidou o Eng^o Marco Antonio Palermo, que teceu as seguintes considerações: que focalizará as interferências que serão feitas na bacia do Médio Tietê; que o sistema de obras hidráulicas na bacia do Alto Tietê para controle de cheias era um dos mais complexos do mundo, tanto que, quando em visita fora do país, sempre foi solicitado a oferecer informações sobre seu funcionamento; que esse sistema se iniciava, na RMSP, na barragem da Penha e ia até Santana do Parnaíba, onde se localizava a barragem Edgard de Souza, e que ele continuava funcionando como sempre funcionou antes mesmo da promulgação do Artigo 46 das Disposições Constitucionais Transitórias; que, a partir do momento em que se previam ocorrências de níveis que colocariam em risco a bacia do Rio Pinheiros e, portanto, toda a região do Cesa, região essa bastante conurbada, se isolava o Rio Pinheiros do Rio Tietê, pois a bacia do Rio Pinheiros era revertida para a Represa Billings e o Rio Tietê continuava seguindo seu fluxo normal; que esse funcionamento fora implementado há mais de 50 anos, desde a implementação do engenhoso sistema construído pela Light Power Company, o qual foi depois assumido pela Eletropaulo; que nenhuma mudança ocorrera no controle de cheias da RMSP e que a proposta era que se desse continuidade a ele; que, apesar da complexidade desse sistema, cujos detalhes técnicos valiam a pena serem discutidos, a obra proposta pelo DAEE era muito simples, pois se restringia ao aprofundamento do leito rochoso do rio, isto é, a uma alteração da sua geometria para que atingisse um nível mais baixo e, portanto, as águas pudessem fluir dentro do canal; que a proposta, em uma primeira fase, era de rebaixar o rio em torno de 2,50 m, entre as proximidades da foz do Rio Pinheiros e a barragem Edgard de Souza; que o projeto desenvolvido pelo DAEE era um projeto global e havia resultado de um estudo que considerou o rebaixamento da calha do Rio Tietê em sua totalidade; que o fato de se estar propondo o licenciamento do primeiro trecho era porque, hidraulicamente, essa era a seqüência lógica, já que, numa obra dessa complexidade, o início devia dar-se de jusante para montante, não se podendo começar a aprofundar rio acima, por provocar impacto muito negativo; que o projeto era global e avaliara todas as soluções necessárias para o aprofundamento do Rio Tietê em seus 45 km entre as barragens da Penha e Edgard de Souza; que a previsão para execução da obra era de dois anos, iniciando-se em meados do ano em curso, sendo que 83,96% diziam respeito a obras de escavação da calha, serviços de reabilitação das vias marginais, bueiros e galerias, recolocação de passarelas, execução de vias marginais expressas, instalação de equipamento, demolição de ponte e equacionamento das interferências; que a finalidade era evitar a ocorrência de cheias todos os anos, pois, com o passar do tempo, aproximadamente no ano 2000, se transformariam em um efeito “Arca de Noé”, deixando São Paulo completamente



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

inundada, com mais de 2,50 metros de água, que se estenderia não só pelas marginais como também ao longo de todos os seus tributários; que a razão das cheias era o incremento aceleradíssimo do processo de urbanização na RMSP, que variou da década de 40 até a de 90 e gerou uma grande mancha urbana e, conseqüentemente, a impermeabilização do solo e o aumento dos volumes de escoamento superficial direto e, portanto, dos picos de cheia; que o Estudo de Impacto Ambiental pressupunha uma série de etapas; que o EIA considerou como área de influência direta o Médio Tietê desde o seu início até Pirapora e, como área de influência indireta, a partir daí até Barra Bonita; que essa era a melhor solução, porque, se não fosse adotada, a saída era implementar-se a alternativa zero, isto é, não se executar nenhuma obra, “deixar como está para ver como é que fica”, cujas conseqüências seriam de 2,20 a 2,50m de água em toda a RMSP, situação absolutamente inaceitável para a sociedade em geral, porque essas cheias também se propagariam para o Médio Tietê, pois nenhum dado favoreceria que elas se restringissem ao Alto Tietê e não se dirigissem a jusante; que a proposta era, portanto, deixar as cheias encaixadas no canal; que, entre as propostas feitas, uma delas consistia na construção de piscinões, ou de retenções, embora constituísse uma alternativa limitada em face da dimensão do problema, dado que se tratava de cerca de 25 milhões de metros cúbicos adicionais de água, que resultava no déficit existente entre a capacidade de transporte do canal, o que exigiria que se construíssem centenas de piscinões do tamanho daquele do Pacaembu; que, dada a inexistência de áreas disponíveis e de recursos essa proposta era absolutamente inviável, pois, para viabilizá-la, era necessário construir-se, no mínimo, 300 piscinões, para o que eram necessários recursos da ordem de aproximadamente 2 bilhões de dólares; que essa opção estava sendo desenvolvida pelo Estado, mas em áreas de cabeceira, onde havia disponibilidade de áreas para retenção; que outra alternativa estudada era a transferência, a derivação das cheias através de túneis e, assim, ao invés de escavar se construiriam emboques junto à confluência do Tamanduateí e do Aricanduva, que desviariam, tomariam, engoliriam essas cheias e as levariam ou para o Médio Tietê ou para a Baixada Santista, ou direto até Rasgão; que as conseqüências seriam, do ponto de vista da transferência de cheias, muito mais sérias, pois, enquanto o tempo de trânsito de uma onda de cheia pelo canal até o Médio Tietê levaria alguns dias, no caso de um túnel derivando 400 metros cúbicos por segundo em linha reta o tempo seria muito menor, pois as velocidades seriam altíssimas; que o projeto de aprofundamento da calha do Rio Tietê previa um aumento de velocidade de 8% no máximo, porque o canal do Rio Tietê era natural, em terra, não admitindo grandes velocidades, e o projeto de um túnel admitiria velocidades de 7 ou 8 metros por segundo e seus resultados seriam avassaladores do ponto de vista de transferência de cheias; que o mesmo aconteceria com a Baixada Santista, pois, se se jogassem 400 m³/s numa área de preservação ambiental, que também era área de mangue, sem capacidade alguma, portanto, de absorver a água e ainda afetada combinadamente por canais e regimes de maré, seria muito complexa e onerosa a situação, razões essas que fizeram com que a escolha convergisse para o projeto de aprofundamento da calha do Rio Tietê; que se demonstrava, assim, o fato de o projeto e o estudo considerarem a solução global; que o Estudo de Impacto Ambiental era calcado no projeto básico desenvolvido para a região entre a Penha e Edgard de Souza - Edgard de Souza, limite de jusante, e Penha, limite de montante -, e isso queria dizer que o Projeto Promon fora totalmente concebido a partir do princípio fundamental de que todos os 45 km deveriam ser escavados e desenvolvidos; que o papel do Estudo de Impacto Ambiental era o de solicitar a licença ambiental do primeiro trecho, embora nele mesmo fossem considerados, evidentemente, os efeitos ao longo de todo o processo; que, se não se fizesse absolutamente nada, se teriam mais de 2,50 m de água inundando as marginais e, conseqüentemente, os tributários; que as



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

obras tiveram início e se propunha dar continuidade a elas mediante o ajuste do leito, o aprofundamento médio de 2,50m, o que faria com que se reduzisse praticamente a zero o risco de enchente ao longo de todo o trecho de 45 km; que a solução proposta era uma solução global, e não localizada; que, com as obras já parcialmente executadas, pois um terço foi executado na década de 80 e começo da década de 90, e o canal limpo, desassoreado, ele teria capacidade máxima de 700 m³/s, em média, principalmente no seu trecho final; que se detectava, a partir da maximização da onda de fevereiro de 82, segundo as condições previstas pelo projeto do DAEE, que todo esse volume excedente ficaria fora do canal e era esse o problema; que, na primeira fase do projeto, se rebaixaria o nível d'água em mais de 2m até a foz do Rio Pinheiros e que, com ela, se teriam benefícios como o nível do curso d'água 2m abaixo; que, somente pelo fato de se executar esse primeiro trecho, os benefícios já se estenderiam a montante, pois se refletiriam até a foz do Rio Tamanduateí, mesmo sem se executar a obra até esse local, mas somente até o Rio Pinheiros, pois se reduziriam os níveis de 1,85 m a 55 cm na foz do Rio Tamanduateí para cheias com 25 anos de período de retorno; que eram evidentes os benefícios diretos do aprofundamento da calha no trecho final e que isso aconteceria também no trecho a montante sem que essa obra chegasse até lá, porque esses benefícios, em função do grau de aprofundamento, se estenderiam e a linha d'água iria rebaixando e a situação melhorando gradativamente; que, em relação à várzea, a questão que se colocava era o que aconteceria com aquelas que se situavam a montante da Penha se forem ocupadas; que o Projeto Promon previa um processo de urbanização cujo horizonte final se estendia até o ano 2020; que era necessário se ter em conta que esse projeto previra um horizonte de urbanização que se estenderia até o Alto Tietê a montante da Penha, dado que as projeções da Emplasa não haviam se limitado à área a jusante da Penha; que essas projeções levaram em conta ocupações a montante da Penha evidentemente, mas não a retificação do Rio Tietê e a ocupação da várzea, porque se tratava de uma Área de Proteção Ambiental; que o projeto não pressupunha a retificação do Rio Tietê a montante e a ocorrência de invasões na várzea, já que havia a APA e se dispunha de instrumentos legais e institucionais, isto é, de todos os meios necessários para controlá-la; que, de qualquer maneira, valia a pena ressaltar que, se se esperava uma vazão contribuinte a montante da Penha em torno de 100 ou 150 m³/s, ela poderá chegar até 498 m³/s no horizonte de 2020 e que essa meta funcionou como pressuposto do projeto do DAEE, admitindo-se, pois, que haverá um processo de urbanização controlado a montante da Penha, e não um processo de urbanização indiscriminado com a retificação do rio e a supressão da mata ciliar; que sua preocupação era esclarecer que se transfeririam para o Médio Tietê a partir do Alto Tietê; que se registrara o evento crítico ocorrido em fevereiro de 1982, quando as regras operacionais eram bastante diferentes e a barragem Edgard Souza ficava fechada e se abria, imediatamente, com muito volume; que uma onda de cheia em Edgard Souza gerou um pico de 1.200 m³/s na abertura, caindo, depois, para cerca de 700 a 800 ; que, em Pirapora, a descarga subiu, chegou a um patamar de 500 m³/s, caiu para 400 m³/s e, depois, para 200, permanecendo assim durante dois dias; que Pirapora, manobra tradicional e convencionalmente como vinha sendo desde a década de 80, apresentaria essa resposta; que, se Pirapora conseguiu baixar seu nível de descarga de 400 para 200 m³/s, isso se devia ao fato de o reservatório estar com níveis bons, senão ele manteria as descargas; que, se contarmos com a reserva existente, que ele chamava de reserva operacional, ou seja, a possibilidade de Pirapora continuar descarregando no nível de 200 m³/s durante mais dois dias, se teria uma reserva operacional de 34.560.000 m³/s, mais do que o excedente que devia ser absorvido pelo canal do Tietê; que isso demonstrava existirem plenas condições, com muita segurança, de se operar o Reservatório de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Pirapora sem nada mudar, porque se manteria um nível de descarga perfeitamente aceitável, pois, se o Rio Tietê se mantinha mais baixo, era porque seus tributários também já haviam baixado antes, e ele se encontrava em condições de absorver completamente o excedente necessário para transportar através do canal; que, passando na Estação Santa Isabel, localizada em Salto, já se observava um outro tipo de fenômeno, pois a bacia começava a crescer e os tributários do Médio Tietê começavam a contribuir, o que fazia com que as cheias, que se limitavam ao Alto Tietê, comesçassem a ter um tempo de base muito maior e a preservar picos cujos tempos iam-se defasando; que se se estabelecia uma proporção entre a cheia original em Edgard de Souza e a que acontecia no Médio Tietê constatava-se que esta última representava uma fração muito menor, pois no Médio Tietê existiam áreas de drenagem quatro ou cinco vezes maiores; que essa era uma demonstração cabal de que não ocorria transferência de cheia, por ser o mínimo o que se transferia em face do que se produzia na bacia intermediária; que, evidentemente, o raciocínio de transferência de cheias era muitas vezes colocado em face da falta de informação, pois, dada a magnitude e o volume das cheias geradas no Alto Tietê, só uma fração mínima do volume chegava até o Médio Tietê, oriundo das contribuições intermediárias; que, além do mais, a existência de uma reserva operacional justificava a execução do projeto e o tornava viável; que, do ponto de vista do impacto ambiental, as ações impactantes foram consideradas exaustivamente, desde aqueles que serão provocados pela estrutura operacional até os que se refletirão sobre os recursos hídricos superficiais e subterrâneos, solo, ar, vegetação, fauna, qualidade de vida e economia regional; que, portanto, uma gama imensa de fatores foram considerados ao longo de todo o estudo e se encontravam ilustrados em nível indicativo; que um dos aspectos mais importantes a considerar do ponto de vista do impacto ambiental era a disposição do material escavado, disposição essa que fora objeto de estudos específicos e que, evidentemente, exigiam muitos cuidados, por ser muito grande o volume de um material composto de rocha alterada; que uma das propostas era a utilização da Lagoa de Carapicuíba e outra alternativa a utilização de áreas próximas e lindeiras ao Município de Barueri, que poderiam comportar, separadamente, os volumes previstos de escavação; que a Lagoa de Carapicuíba teria a única vantagem de comportar todo esse material e que, se isso não ocorrer, ele deverá ser distribuído entre diversas áreas; que, na região do Médio Tietê, seriam provocados quarenta impactos: eutrofização de corpos d'água, assoreamento, impactos na qualidade da água, alteração no regime de reserva em Edgard de Souza e Pirapora, alteração no ritmo de deposição de sedimentos Edgard de Souza e Pirapora, alteração no regime pluviométrico dos trechos a jusante etc.; que, somente nos cinco primeiros impactos, quatro deles teriam reflexo no Médio Tietê, razão pela qual se fazia necessário analisar com maior profundidade esses aspectos e que, para cada um deles, era proposta uma medida mitigadora ou um conjunto delas de forma associada; e que, da mesma forma que acontecia com esses quatro impactos, ocorreria com os demais sintetizados em quarenta: impactos sobre a cobertura vegetal, recomposição da vegetação, emissão de ruídos, operacionalização das áreas de lazer, exposição das margens do Reservatório de Pirapora, melhoria das condições da saúde pública, restauração das garantias de conforto e privacidade, redução de riscos de perda de vida, diminuição da perda de tempo gasto nas viagens, suspensão das atividades extrativas em Carapicuíba, redução dos riscos de danos físicos, redução dos custos de transporte, valorização imobiliária de áreas, impactos devidos à interferência e impactos positivos sobre a infra-estrutura física; que, em relação aos comentários feitos pela Câmara Técnica de Planejamento de Recursos Hídricos da Bacia do Médio Tietê, comentaria os mais importantes: em relação às espumas de Pirapora, elas diziam respeito à qualidade das águas, mas nenhuma relação elas possuíam com a alteração da geometria do rio em São Paulo;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

que não se podia imaginar que o aprofundamento de um leito rochoso alteraria a qualidade das águas em outro ponto, a não ser localmente, do ponto de vista da turbidez no local em que se der a detonação e que, seguramente, não haverá nenhuma alteração na qualidade das águas sobre qualquer aspecto e que, para corroborar essa informação, trouxera um estudo elaborado pela Cetesb “Efeitos ambientais decorrentes da operação especial das comportas de Edgard de Souza em fevereiro e março de 82”, do qual lia um parágrafo; que não pretendia afirmar, a partir dessas informações, que nada deveria ser feito no Médio Tietê, porque muito devia ser feito do ponto de vista de macrodrenagem e da recuperação de sua qualidade; que as medidas propostas pelo Estudo contemplavam, inclusive, um horizonte de trabalho bastante denso do ponto de vista de melhoria das condições de drenagem, de monitorização conjunta de todos esses efeitos do projeto, uma série de providências acessórias importantíssimas para o Médio Tietê, porque a bacia era um todo, não existia a bacia do Alto ou do Médio Tietê, do ponto de vista geomorfológico ou hidrológico, era uma bacia única e que as providências previstas pelas medidas mitigadoras eram condizentes absolutamente com esse empreendimento e permitirão uma melhoria sensível dos níveis d’água do Médio Tietê, porque se terão, a partir desse projeto, condições e recursos, graças ao financiamento oferecido ao DAEE para melhorar em muito a monitorização, por exemplo, dos cursos d’água e dos controles da operacionalização das barragens; que haverá condições, como se demonstrou, de se operar, mesmo com a obra do aprofundamento, melhor do que se operava, pois um conjunto de recursos, um conjunto de medidas, virá seguramente ao encontro dos interesses tanto do Médio como do Alto Tietê, e que era, por isso, que o DAEE se propunha a desenvolver esse trabalho. Em seguida, o Secretário Executivo passou a palavra aos representantes das entidades ambientalistas cadastradas no Consema. O primeiro a se pronunciar foi Carlos Alberto Harley Bocuhy, que teceu as seguintes considerações: que essa era uma oportunidade rara para falar sobre o Rio Tietê, não só do ponto de vista pontual da drenagem metropolitana, mas também global, como bem havia enfatizado o representante do empreendedor; que, quando se falava sobre soluções globais, se deveria ter uma dimensão exata do que representava esse controle de macrodrenagem metropolitana, que desembocava numa obra chamada rebaixamento da calha do Rio Tietê, e, principalmente, ter conhecimento da recorrência dessa obra, por quanto tempo ela atenderá a RMSP como obra de contenção de enchentes, já que não solucionará os problemas de assoreamento derivados da falta de contenção das cabeceiras, pois, diariamente, um grande volume da Serra da Cantareira era depositado no leito do Rio Tietê; que era necessário saber se a declividade do Rio Tietê justificava essa obra, pois, quando se rebaixava um rio com uma declividade de 10, 15 e 20cm por km, provavelmente haveria um aumento de velocidade ou de vazão, o que transformaria esse projeto em um enorme piscinão; que na outra audiência pública se havia dito que essa obra originará um piscinão digno do *Guinness Book*, pois medirá 16,5 km de comprimento por 2,5m de profundidade; que, com relação ao EIA/RIMA, ele analisava esse projeto de forma pontual, embora este devesse ser apreciado a partir de uma visão integrada do conjunto de obras relativas à macrodrenagem da RMSP; que, na audiência pública realizada na cidade de São Paulo, o empreendedor afirmara não haver possibilidade de se transferir essa verba, de nela se mexer, o que atestava o imobilismo do projeto; que esse projeto dispunha de “x” milhões de dólares para serem gastos da forma como o empreendedor sugeria, não se podendo modificá-lo conceitualmente ou investir essa verba na despoluição do Rio Tietê, embora essa fosse a principal preocupação da população do Médio Tietê presente nessa reunião; que meio milhão de dólares significava um volume razoável de dinheiro para despoluir esse rio; que tinha com ele um folheto distribuído no Palácio do Governo quando houve uma audiência pública apresentando



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

à sociedade esse projeto, e esse folheto informava que se tratava de um projeto de despoluição do Rio Tietê, embora, realmente, constituísse uma obra de infra-estrutura; que a Sabesp estava fazendo sua parte e perguntava aos representantes do Governo do Estado o que a Cetesb estava fazendo do ponto de vista do controle da poluição industrial, que dados ela tinha à sua disposição em relação à despoluição; que, se o problema era prioridade, o saneamento básico da RMSP também era prioritário; que não se justificava fosse esse projeto apresentado à população como de despoluição do Rio Tietê, conforme sugeriam o folheto aludido e o representante do empreendedor que acabara de se manifestar; que, tendo sido descartados os tênues benefícios ambientais, o que restava saber era o tempo de recorrência da obra; que, se não houvesse aumento da velocidade de vazão, o que proporcionaria uma natural limpeza do rio, ou seja, se o Rio Tietê não tinha declividade e ia ser rebaixado, se criaria, portanto, um enorme piscinão, pois todo o assoreamento que caísse nele aí permaneceria e, desse modo, se estaria perenizando a indústria de desassoreamento do Rio Tietê, já famosa, a qual todo mundo já conhecia, inclusive, os números já gastos nesse processo; que, admitindo-se houvesse necessidade de implosão do Rio Tietê, se teriam de implodir, segundo especialistas da área de geologia, apenas setores que tinham soleira de rocha dura, como a região de Santana do Parnaíba, o que tornaria a obra bem mais barata; que, da forma como se apresentava, o projeto era uma obra setorial de hidrologia interferida pela urbanização metropolitana sem conhecimento prévio de hidrogeomorfologia, afirmações essas feitas pelo Professor Aziz Ab'Saber; que, quando o empreendedor falava em projeto global, perdia-se a paciência com a dificuldade em se entender o que era global, isto é, o que era uma visão do projeto; que, no final do século passado, em 1890, um arquiteto italiano subiu na Avenida Paulista e, olhando a metrópole do lombo de um burro, chegando no alto falou que essa região nunca iria sofrer inundações, alagar, devida a sua proximidade da vertente oceânica; que, depois do início do desmatamento, por volta de 1930, houve a expansão da mancha urbana do centro de São Paulo para a região do ABC, para os contrafortes da Serra da Cantareira, se verificando um processo intensivo de impermeabilização; que, por volta de 1960, existiam em São Paulo milhares de campos de futebol de várzea, pois aí se jogava futebol quando não chovia, já que essa área era o leito maior do rio, e atualmente, desses 1.200, existiam apenas umas dezenas de campos de futebol de várzea; que essa característica dos campos de várzea foi reconhecida por todos os especialistas, menos pela especulação imobiliária; que, quando o empreendedor citava as razões da obra, uma delas era a valorização imobiliária dessas áreas; que a impermeabilização do leito do rio levava a metrópole a um estado de convulsão com uma simples precipitação; que reconhecia serem as várzeas locais adequadas para campos de futebol; que faltava plano diretor para a RMSP e que não existia uma articulação entre Estado e Município nesse aspecto; que, atualmente, não se regia mais a natureza como se esperava, embora a natureza continuasse regendo a vida dos homens; que hoje existiam os Comitês de Bacia, instâncias através das quais se articulavam as regiões metropolitanas, através dos recursos hídricos; que foi necessário muito tempo para que o homem reconhecesse dever voltar-se para as condições naturais e não tentar dominar esse processo, e proceder assim era o que se pretendia com o rebaixamento da calha do Rio Tietê; que esse projeto era a continuidade de uma filosofia retrógrada de obras caras pagas pelo conjunto da sociedade, que não atacava questões de verdadeiro interesse social, mas de interesse daquelas empresas que, por ventura, ganharem a licitação para realizá-las, que essas, sim, seriam beneficiadas, pois o que a população da RMSP desejava era uma avaliação ambiental estratégica integrada, uma avaliação de políticas públicas de contenção de enchentes, de macrodrenagem, e não meros projetos pontuais; que essa obra era perdulária, atenderia mais os interesses de quem for executá-la do que da



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

coletividade – afirmou que falava em nome dos interesses difusos, inclusive das futuras gerações, que deverão ser defendidas perante a Constituição; que sugeria que o Governo do Estado estudasse medidas não-estruturais ou outros sistemas integrados de macrodrenagem metropolitana, que pudessem garantir políticas públicas efetivas, que evitassem o desconforto e a convulsão em que eram lançadas a metrópole diante de normais precipitações de verão; que essa obra não resolverá os problemas da metrópole e, pior, não constituía uma filosofia que revisse o processo de executar obras, obras e obras; que, na década de 80, Dr. Júlio César se posicionara contrário a essa obra e, atualmente, sua empresa defendia esse projeto e não entendia o porquê dessa mudança de postura e queria saber por que, conceitualmente, Dr. Júlio havia mudado de posição. Em seguida, fez uso da palavra outro representante das entidades ambientalistas cadastradas no Consema, Ismar Ferrari, que, grosso modo, usando de transparências, fez as seguintes considerações: que o índice do Estudo de Impacto Ambiental mostrava claramente que os estudos não envolveram o Médio Tietê, ao contrário do que disse o coordenador do EIA/RIMA, pois este estudo analisou apenas a RMSP; que perguntava, por exemplo, em que momento esse estudo analisou os descarregadores de fundo das represas Edgard de Souza e Pirapora, que eram partes integrantes do processo; que a figura que apresentava evidenciava o que acontecia com as vazões que chegavam à cidade de São Paulo a partir da seção da barragem da Penha e, daí, indo em seqüência, para a região da barragem de Santana do Parnaíba; que ia demonstrar um exemplo de tempo de recorrência de dez anos, pois, a partir desse exemplo, se evidenciava que a vazão na Penha era de 300 metros cúbicos, mas, ao chegar em Santana do Parnaíba, ela se ampliava até chegar nos 1450 m³/s, o que reproduzia os efeitos de impermeabilização que a cidade de São Paulo foi sofrendo ao longo de sua história e impedia as infiltrações de águas e as transferências para o canal do rio; que a preocupação desse Estudo de Impacto Ambiental era relativo a esse problema na RMSP, pois considerava as vazões e as enchentes incorporando as águas não-infiltradas na terra, ou seja, abordava uma hidrologia de região impermeabilizada; que constatava, pelo processo de laminação, não se tratar de uma vazão natural, mas de uma vazão inchada pelo processo de impermeabilização, que consistia num grande impacto não-considerado por esse estudo; que se tratava de um processo de transferência de problemas; que se tinha uma vazão de 1400 metros cúbicos, dos quais pertenciam à vazão natural apenas 350, ou seja, 25% dessa vazão, o que significava que, se não existisse a cidade de São Paulo, essa vazão jamais seria de 1400, mas, no máximo, atingiria 350 metros cúbicos; que, assim sendo, esses 1050 metros cúbicos adicionais foram incorporados pelo fato de não ocorrer na cidade de São Paulo o processo de infiltração de água, pois dessa cidade até a barragem da Penha existia um processo relativamente eficaz de infiltração e essas vazões iam paulatinamente sendo reduzidas; que, entretanto, ao entrar na RMSP, em que as terras estavam impermeabilizadas, essas vazões começavam a crescer extraordinariamente, e elas vinham crescendo desde a década de 30 e, de modo acelerado, desde a década de 50, configurando um impacto devido ao processo de urbanização que não estava sendo considerado e sendo transferido para o Médio Tietê; que o projeto de aprofundamento da calha do Rio Tietê não existia sem descarregadores de fundo e esse estudo muito habilmente, marotamente, “esquecia” que esses descarregadores faziam parte desse projeto e só foram construídos por esse motivo, para conferirem eficácia à abertura da calha do rio, que, sem essa finalidade, eles não teriam sido construídos; que um desses carregadores fora construído na década de 80, sem que fosse elaborado Estudo de Impacto Ambiental; que a barragem de Pirapora, a mais recente, também foi construída sem que se elaborasse esse estudo, apesar das reclamações das Câmaras Municipais do Médio Tietê, entre elas, a da cidade de Salto; que as águas represadas, como



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

mostrava a transparência que apresentava, e que assim se encontravam desde as décadas de 40 e 50, iam acumulando lodo; que a contribuição de vários especialistas, pessoas da maior respeitabilidade das áreas de engenharia sanitária, de química de produtos e de meio ambiente argumentavam serem esses lodos extremamente perigosos, porque continham resíduos de metais pesados, microorganismos, principalmente anaeróbicos; que foi dito pelo Secretário de Recursos Hídricos que existia um reservatório que estava acima do descarregador de fundo, mas isso não impedia a formação de lamas, de líquido negro, rico em matéria altamente contaminada, venenos extremamente perigosos, mutagênicos, cancerígenos, que escoavam através dos tubos; que os produtos descarregavam pelos fundos dos reservatórios, não exatamente, mas quase nos fundos, e lá embaixo apareciam as espumas, o gás sulfídrico, microorganismos patogênicos, enfim, uma geléia da mais alta periculosidade, que estabeleciam com a população de Santana do Parnaíba, Pirapora e Salto uma convivência constante, diuturna, minuto a minuto, e que esse era mais um problema transferido; que existia no projeto a possibilidade de se descarregarem 600 m³/s, que sempre conterão líquido negro e lodo; que o projeto concluído no final de 1994 entrou em operação em 1985, no início do atual governo e, em janeiro e fevereiro, um grande escoamento de água ocorreu pelo fundo desses extravasores, segundo informação oferecida pelos representantes da Eletropaulo no Comitê da Bacia do Sorocaba e Médio Tietê; que, portanto, houve grandes descarregamentos de água que chegaram quase a 500 m³/s; que, quase na mesma ocasião, apenas separado por algum tempo, ocorreu uma mortandade de peixe em Barra Bonita, que chegou a 60 toneladas, e, segundo informação enviada pela Secretaria do Meio Ambiente à Câmara de Salto, o nível de oxigênio do reservatório de Barra Bonita naquelas circunstâncias era praticamente zero e este impacto não constava em nenhuma página do EIA/RIMA e que, se constasse, ele não havia constatado; que não adiantava dizer que o projeto não se relacionava com descarregadores de fundo, isso era inaceitável, pois todos esses aspectos deveriam ser vistos em seu conjunto, pois todos funcionavam ao mesmo tempo, e já que o projeto exigia o descarregador de fundo, ele deveria ser avaliado por esse EIA, pois, caso contrário, se estaria abandonando a realidade; que, depois desse descarregamento de 450 metros, segundo técnicos da Eletropaulo, alguns dias depois o Reservatório de Barra Bonita ficou praticamente sem oxigênio; que fazia considerações a respeito do lixo, pois todo ano, por ocasião das enchentes, uma grande quantidade de lixo era enviada para o Médio Tietê e todo mundo soube da situação terrível que ocorreu na cidade de Salto no ano passado, pois o lixo da RMSP ocupou toda a superfície do reservatório de Porto Góis, o que causou um prejuízo muito grande à Municipalidade de Salto; que essa era apenas uma parte do lixo, pois a maior parte dirigiu-se para Barra Bonita e ocupava uma parte importante daquele reservatório; que se tinha informação, por parte da população de Barra Bonita, de que a navegação atualmente era feita com dificuldade, fazendo-se, às vezes, necessário ir um barco na frente abrindo caminho no lixo para que os demais pudessem navegar e esse impacto não era considerado pelo projeto; que a poluição aumentava porque havia descarregadores de fundo e as enchentes também aumentavam porque o projeto não estava considerando os incrementos de vazão lançados, acumulados, no Médio Tietê; que essas enchentes estavam sendo consideradas como laminadas, mas, mesmo laminadas, elas eram muito superiores às vazões naturais, e esses impactos não foram considerados; que o lixo normalmente aumentava porque diminuirá o bombeamento para o canal de Pinheiros e, portanto, não haverá mais grades para retirar o lixo na marginal de Pinheiros; que a ocorrência das doenças aumentará com absoluta certeza, e também de doenças extremamente graves, não só das pequenas, mas daquelas relacionadas a metais pesados, a produtos cancerígenos, mutagênicos, e que poderão causar mutação genética na população; que, do ponto de vista cultural, o



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

impacto era maior ainda, pois a cidade de Salto já perdeu suas tradicionais festividades que, centenariamente, ocorriam no rio; que atualmente a cidade de Salto perdeu seus principais clubes, seus clubes de regata, aqueles que funcionavam no rio; que só esperava que as cidades de Tietê e Porto Feliz não perdessem suas festas extremamente importantes, que marcavam a cultura do Médio Tietê, mas, lamentavelmente, elas estavam no caminho de serem condenadas também; que também havia desaparecido aquela crescente movimentação que existia em Pirapora e Salto, que perderam também seu movimento turístico, pois o salto e a cachoeira eram o principal alvo do turismo, que trazia alegria, riqueza e cultura para a cidade. Em seguida, fez uso da palavra, representando os conselheiros do Consema presentes, o conselheiro Rinaldo Orlandi, também representante de entidades ambientalistas cadastradas no Consema. Este declarou: que, como seus pares haviam feito colocações técnicas relacionadas à RMSP e ao Médio Tietê, ele faria uma avaliação política, pois, apesar de ser engenheiro, considerava muito importante também a atuação política do conselheiro, principalmente no que dizia respeito às diretrizes ambientais para o Estado de São Paulo; que, em primeiro lugar, um dos grandes problemas era que o Estado brasileiro sofria a política de despojos, a grande reforma que o Estado precisava era o término dessa política de despojos que já havia acabado no Primeiro Mundo desde o início do século; que não era dada continuidade as intervenções feitas nos territórios dos Estados, de governo para governo; que todos os governos procuravam exercer sua ação governamental no espaço restrito de 4 anos, e que, na verdade, era um espaço de tempo bem menor, pois cada governo que entrava sentia necessidade de conhecer a máquina; que, então, existiam problemas seriíssimos de continuidade de trabalho de intervenção governamental e, nada hoje, tendo em vista o processo adiantado de degradação existente no Estado de São Paulo, poderia ser resolvido em espaços inferiores a uma década; que, sendo assim, o Estado possuía dezenas de projetos arquivados e que o projeto de aprofundamento da calha do Rio Tietê era um deles, pois fora elaborado à época do Governo Quéricia; que a impressão que possuía era que, ao se constatar estar terminando o Governo, ele se conscientizava da necessidade de fazer uma intervenção rápida e, nessa medida, ia ao portfólio de projetos existentes, transformava rapidamente um deles; que o projeto em tela fora elaborado pela Promon e que observava uma série de deficiências no Estudo de Impacto Ambiental que sobre ele foi feito, pois, a cada audiência pública, as satisfações eram diferentes; que, na primeira audiência sobre esse projeto no Instituto de Engenharia, sequer foi mencionado o Médio Tietê e que hoje se afirmava ter sido avaliado, o que efetivamente não aconteceu; que, quando se queria resolver um problema de poluição do ar, como não se conseguia fazer isso num prazo curto, se fazia um rodízio; que pretendia formular algumas propostas, uma delas era que a sociedade civil, principalmente, passasse a acompanhar esse processo de intervenção nos territórios; que considerava, no mínimo, estranho, que o Comitê de Bacia do Alto Tietê tomasse as decisões deixando o Comitê de Bacia do Médio Tietê completamente alheio a elas, que era, portanto, necessário, que o Secretário dos Recursos Hídricos, Hugo Marques da Rosa, reunisse os dois comitês para discutir a questão do rio como um todo; que era necessário também que se aprofundasse esse estudo de modo que contemplasse os problemas do Médio Tietê e, mais importante ainda, que sugeria ao Consema que ativasse a Comissão de Avaliação Ambiental Estratégica, dado que a solução dos problemas do Rio Tietê exigia a implementação de uma política pública de longo prazo; que, por exemplo, no próximo ano mudará a composição da bancada governamental e, nos próximos dois anos, daqueles que representavam o Poder Municipal, enquanto permanecerão aqueles que representavam a sociedade civil; que, se a sociedade civil tomar a iniciativa política de reestruturar o Estado com o objetivo de acabar com a política dos despojos, ela controlará a implementação das políticas de longo prazo; que



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

estava sugerindo ao Consema, ao Secretário dos Recursos Hídricos e, especialmente, aos companheiros representantes do Médio Tietê, primeiro, que se reunissem os dois comitês e que fosse ampliado o Estudo de Impacto Ambiental para que se aprofundassem as questões do Médio Tietê. Em seguida, o Secretário Executivo informou que passariam a se manifestar os representantes da sociedade civil. Em primeiro lugar, fez uso da palavra Malu Ribeiro, representante da Fundação SOS Mata Atlântica, que grosso modo, teceu as seguintes considerações: que agradecia a oportunidade ao Secretário do Meio Ambiente, Fábio Feldmann, e ao Secretário Executivo do Consema, Germano Seara Filho, pela realização dessa audiência pública, a partir da solicitação feita pela sociedade civil, dos prefeitos da região e da Deputada Estadual Maria do Carmo Piunti, que assim procederam em virtude da importância desse acontecimento; que agradecia ao Secretário de Recursos Hídricos o apoio e a participação nesses trabalhos; que assistira à exposição e constava que ela fora muito diferente daquela feita na outra audiência pública realizada em São Paulo; que o enfoque foi político-social, foi muito interessante, e que as medidas mitigadoras que não foram apresentadas naquela ocasião foram, nessa audiência, superficialmente apresentadas; que assim se posicionava porque havia estudado o EIA/RIMA na Câmara Técnica do Comitê de Bacias e que esse Comitê, na reunião pública na cidade de Tietê, questionou o EIA/RIMA; que essas perguntas foram encaminhadas e as respostas acabaram de ser entregues pelo Superintendente do DAEE, mas que ainda não tivera tempo hábil para lê-las e estudá-las e isso será feito pelos dois comitês que, com certeza, deliberarão sobre elas; que pedia ao Consema e aos empreendedores que estudassem a capacidade hidrológica dos rios do Médio Tietê, pois isso não era até aquela oportunidade conhecido e, a cada abertura de barragem, sem aviso da Defesa Civil sobre a regra operativa, algumas pessoas já morriam; que solicitava ao Consema que só desse encaminhamento a esse processo de licenciamento quando o Estado tivesse conhecimento da capacidade de vazão dos rios da região; que fora afirmado não serem as cheias do Médio Tietê resultado da transferência daquelas ocorridas no Alto Tietê, mas, sim, conseqüências do Jundiaí e de outros rios do Médio Tietê, mas que não concordava com essas afirmações, porque dois dias depois da abertura da barragem de Pirapora ocorriam cheias na cidade de Salto e Pirapora e, três dias depois, nas cidades de Tietê e Laranjal; que o grande impacto do Rio Tietê era derivado do fato de ele não se dirigir para o mar, mas para o Interior e levar sujeira, esgoto e inundações; que todo mundo sabia que, quando se abriam as comportas, quem estava nadando no rio morria, quem estava pescando morria, os bairros ficavam isolados e a população era obrigada a engolir toneladas de garrafas, dejetos, poluição, gás sulfídrico, tudo o que vinha com as enchentes; e que sugeria fosse exigido pelo Consema a realização de estudo hidrológico. Em seguida, foi concedida a palavra ao ex-Deputado Federal Walter Coronado Antunes que, representando a Abepolar e o Instituto de Engenharia, teceu as seguintes considerações: que os argumentos de sua antecessora eram muito pertinentes, porque não existiam regras operativas para o lançamento de vazões a jusante do Rio Tietê e que, portanto, não havia regras operativas também para o bombeamento de água para a Represa Billings; que a interpretação dada pelas autoridades de plantão para o artigo 46 das Disposições Transitórias era mal feita, uma vez que as águas de cheia não provocavam prejuízo ecológico à Represa Billings, mas, sim, um pequeno prejuízo econômico, que era absurdo transferir-se 1700 metros cúbicos para jusante da barragem Edgard de Souza, quando se poderia transferir metade disso para a Billings, que era um reservatório quase infinitamente receptor, cada metro de seu reservatório poderia receber milhões de metros cúbicos de água; que a solução mais barata para o controle de cheias no Município de São Paulo seria adequar o Pinheiros e suas elevatórias, transferindo para a Billings uma vazão da ordem de 700 metros cúbicos e o restante para jusante,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

porque a megalópolis criada em São Paulo era antinatural e o Vale do Tietê a jusante não comportava as vazões que o DAEE pretendia lançar para baixo; que outro problema gravíssimo era a poluição causada pela população da RMSP, o ABC todo, Mauá e outros Municípios que compunham a Bacia do Alto Tietê, que poluíam o Rio Tietê, e o faziam indiscriminadamente, e serão beneficiadas com o aprofundamento da calha; que, para não ficar só na incriminação, sugeria que o bombeamento de águas para a Billings voltasse a ser feito nas épocas de água diluída, mas em vazões compatíveis com as necessidades; que se gastaria menos dinheiro com a adequação da calha do Rio Pinheiros e seu bombeamento para a Billings do que com o aprofundamento de 16 quilômetros de calha do Tietê; que rogava as autoridades que colocassem esse dinheiro à disposição da despoluição do Rio Tietê, que sempre vinha sofrendo descontinuidade desde década de 40; que os recursos estavam sendo financiados pelo Governo do Japão de forma subsidiada através da OCEF, que se tratava de uma organização para despoluição, e não para controle de cheias; que esses recursos estavam sendo desviados de sua finalidade e que deveriam ser utilizados na despoluição do Rio Tietê, que, se permanecessem as atuais condições, este rio estaria, a curto prazo, sendo assassinado tanto quanto a população dessa região. Em seguida, fez uso da palavra Marcelo Argona, representando a entidade Tietê Pró Tietê, nos seguintes termos: que, em relação ao projeto objeto dessa audiência, realmente sua análise constituía um momento histórico, a partir do fato de a Administração Pública Estadual lançar mão de projetos e obras de grande porte para atenuar os reflexos do que já deveria ter sido evitado no passado; que gostaria de levantar, e manter suspensa, a poeira sobre a vinculação dessa licença ambiental com a participação das Câmaras Técnicas e dos Comitês de Bacia do Alto e Médio e, eventualmente, do Baixo Tietê, que se debruçariam sobre o controle das regras operativas para cheias, pois elas acarretavam grandes transtornos para a região do Médio Tietê; que essas regras deveriam estar vinculadas ao Comitê como preconiza a Lei 7663, que tratava da Política Estadual de Recursos Hídricos e do Sistema Integrado de Gerenciamento; que a população do Médio Tietê sabia que bastava uma pluviosidade relativamente alta para se ter um total estado de calamidade e que se sabia que essas regras não estavam tão integradas como preconizava a legislação relativa aos recursos hídricos; que se pleiteava que as regras operativas se vinculassem ao licenciamento e que os Comitês de Bacia fossem a instância de discussão e deliberação juntamente com os órgãos estaduais que faziam o controle das barragens; que também o Médio Tietê fosse contemplado nos estudos e medidas de atenuação dos impactos que ocorrerão; que, como o empreendedor havia exposto, as águas que causavam enchentes eram geradas na bacia, mas se acreditava que o Alto Tietê contribuía de alguma forma para a ocorrência das cheias; e que se aprofundassem, portanto, os estudos sobre o Médio Tietê. Em seguida, ocorreu a manifestação de Henrique de Melo, representante do Grupo Ecológico Bandeirante, que teceu declarou: que era comandante do Grupo Bandeirante de Porto Feliz, uma ONG, que ainda não possuía uma posição definida sobre esse projeto, mas achava que, em um primeiro momento, se deveria despoluir-se o Rio Tietê, pois a poluição prejudicava o turismo e as atividades de lazer no Rio Tietê; que apoiava as medidas que efetivamente ajudassem a população ribeirinha, que sofria todos os anos com as enchentes. Em seguida, ocorreu a manifestação de Nobel Penteadado Freitas, do Comitê da Bacia do Sorocaba e Médio Tietê, que grosso modo teceu as seguintes considerações: que ressaltava a atuação desse comitê em relação a esse projeto; que, desde a criação do comitê, em 1995, vinha sendo realizada uma série de ações questionando o rebaixamento da calha e alguns resultados foram obtidos, como, por exemplo, a apresentação do EIA/RIMA nessa audiência e a mudança do discurso dos interlocutores; que, atendendo à solicitação feita em julho de 1997, o Superintendente do DAEE estava encaminhando, nessa audiência pública,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

ao Comitê da Bacia do Sorocaba e Médio Tietê, respostas sobre o questionamento e considerações feitas pela Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos do Comitê, sobre as quais iria pronunciar-se na próxima reunião do comitê, em 22 de agosto na cidade de Botucatu, para a qual convidaria, aceitando a sugestão do conselheiro Rinaldo Orlandi, os membros do Comitê Alto Tietê. Em seguida, ocorreu a manifestação de Celso Mota, representante da entidade SOS Lagoa de Carapicuíba, que, depois de declarar que Carapicuíba possuía uma lagoa, numa área totalmente degradada, a qual em breve será o maior bota-fora do Brasil e do mundo, digno do *Guinness Book*, leu o parecer elaborado por essa entidade, o qual integra a pasta dessa audiência pública. Em seguida, ocorreu a manifestação de Rogério Morais, representando o Comdema de Porto Feliz, que, grosso modo, teceu as seguintes considerações: que agradecia a presença do Secretário Hugo Rosa, pois embora discordasse da sua posição, participou de todo o processo e manteve abertas as portas da sua Secretaria; que sentia a falta do Secretário do Meio Ambiente em todo esse processo, pois entendia que o Rio Tietê era, para o Estado de São Paulo, muito mais importante que o rodízio de veículos; que, em relação ao projeto calha, nada tinha a acrescentar, e que sabia de cor todas as respostas que seriam dadas pelas autoridades governamentais, cujos termos eram mais ou menos os seguintes: que não haverá enchentes, que o sistema operacional impedirá sua ocorrência, e que não ocorrerá impactos ambientais, embora tenha ocorrido no ano passado, com a utilização de extravasores de fundo, a morte de 60 toneladas peixes; que não sabia como um projeto tão bom podia levantar tantas dúvidas em pessoas de peso da região, as quais não tinham compromisso profissional nem de cargo com sua opinião; que perguntava como um projeto tão bom havia colocado na mesma mesa grupos ecológicos divergentes, antagônicos entre si, grupos ambientais que, acreditando na terminologia “meio ambiente”, só defendiam seu pedaço, sua região; que perguntava por que um projeto tão bom fazia com que pessoas, ligadas ao Estado, dessem dicas, em *off*, às entidades ambientalistas sobre quais perguntas deveriam formular e mostrassem os caminhos a seguir, embora em público permanecessem neutras; que esse projeto possuía carimbo político; que essa era uma região que nunca se havia organizado e que, por isso, não havia tido muito peso, mas esperava que isso se transformasse; que perguntava por que se acreditava que a dignidade de caipira e o direito à cidadania da população do Médio Tietê poderia ser negociada; e que parabenizava a posição da Câmara Técnica do Médio Tietê que, mesmo em um período muito curto de tempo, conseguiu avaliar o EIA/RIMA e levantou várias dúvidas, dúvidas essas colocadas para o Engenheiro Marco Palermo, que não teve respostas para muitas delas, ficando em silêncio. Em seguida, manifestou-se Samuel Barreto, representante do Núcleo Pró-Tietê, que declarou: que reconhecia o esforço da Secretaria de Recursos Hídricos, tentando incorporar conceitos em órgãos que tradicionalmente só apresentavam programas de obras; que, no entanto, se preocupava com a falta de uma visão global do projeto – embora o empreendedor tenha afirmado que o projeto a possuía -, pois não havia percebido uma integração desse projeto com o plano de macrodrenagem; que outra preocupação sua dizia respeito à necessidade de um projeto de recuperação da Lagoa de Carapicuíba, pois não dava para admitir que as mineradoras continuassem aí; que não dava para aceitar a posição do empreendedor de que as cidades do Médio Tietê não sofrerão problema de enchentes; que os dados sobre saúde pública deveriam ser mais bem apresentados, pois não era verdade que não haverá impactos na saúde da população. Em seguida, Antonio José Lazarin, grosso modo, teceu as seguintes considerações: que era do Serviço Autônomo do Tietê; que iria aguardar as respostas às questões formuladas por aqueles que o antecederam; que muitas questões permaneciam obscuras, como, por exemplo, aquilo que dizia respeito à seguinte questão: se se aumentar o volume de água no Alto Tietê, como esse acréscimo



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

não gerará efeitos no Médio Tietê? onde ficaria retida essa água?; que, quando se falava da mortandade de 60 toneladas de peixe em Barra Bonita, informava que isso também acontecia normalmente em Tietê, a cada trinta, quarenta dias; que, ao se falar em doenças provocadas por metal pesados, informava que a própria Cetesb fez uma análise em 1978 que detectou esses elementos nas vísceras das cinco espécies de peixes examinadas; que Tietê sofria violentamente com as enchentes e muitas famílias ficavam desabrigadas; que os problemas de poluição deveriam ser urgentemente resolvidos; que Tietê era uma cidade problemática em termos de captação de água, pois, apesar de o Rio passar no meio da cidade, não se podia captar um ml de água, tratá-la e distribuí-la com a população; que diversas opções de captação foram apresentadas, só que, por tratar-se de uma cidade pequena, a única opção era a captação subterrânea, que tornava cara a água a ser consumida, embora a cidade fosse cortada por um dos maiores mananciais do Brasil, o Rio Tietê. Em seguida, o Secretário Executivo informou que se iniciaria a etapa em que se manifestavam os membros do Consema. A primeira a se pronunciar foi a representante da Associação Paulista dos Municípios-APM, a Deputada Estadual Maria Do Carmo Piunti, que teceu as seguintes considerações: que saudava a todos, especialmente o Secretário Hugo Marques da Rosa, a equipe da SMA pelo esforço de estar discutindo esse projeto e a população de Salto e Tietê pela sua insistência de que fosse realizada essa audiência pública; que entendeu também que essa explanação foi extremamente mais qualificada do que aquela feita no Instituto de Engenharia; que, mesmo que persistissem muitas dúvidas, principalmente no que se referia às medidas mitigadoras a serem adotadas no Médio Tietê, essa explanação foi muito mais satisfatória; que, para não repetir exatamente o que já havia colocado, frisava aquilo que havia dito em relação à transferência de cheias, pois a explanação não a havia convencido; que, pelo fato de já terem sido colocadas todas as questões mais importantes, deixaria algumas perguntas para o Secretário Executivo e para o Superintendente do DAEE; do Secretário Executivo queria alguns esclarecimentos sobre o funcionamento do Consema; quanto ao Superintendente do DAEE, ressaltava que ele, na audiência pública realizada no Instituto de Engenharia, foi muito enfático ao dizer que pretendia fazer um estudo apurado das cheias que atualmente já aconteciam na cidade de Salto e Tietê; que teve notícias de que Dr. Ortiz esteve nessas cidades, razão por que lhe perguntava qual será o procedimento do DAEE e se existiam uma preocupação e uma capacidade de investimento desse órgão e da Secretaria de Recursos Hídricos para que se minimizassem os impactos das cheias no Médio Tietê; que ressaltava que as cheias já eram uma realidade do Médio Tietê; que aproveitava a oportunidade para passar às mãos do Secretário Hugo Rosas uma pasta, atendendo o pedido do Prefeito do Município de Salto, que até há pouco estivera presente; que nessa pasta existiam duas fotos feitas exatamente no dia seguinte após a audiência realizada no Instituto de Engenharia, quando chovia torrencialmente, e que retratavam um clube de várzea, cuja trave do campo de futebol se encontrava totalmente coberta pela água, o que significava que uma chuva quase deixou a cidade de Salto totalmente submersa; que pedia ao Secretário Hugo Rosas para falar sobre os últimos testes feitos para o sistema de flotação, que lhe parecia ser um equipamento rápido para se conseguir grande avanço no processo de despoluição desse rio; que discordava do ponto de vista emitido nessa reunião de que se tratava de um projeto imobiliário, pelo fato de as verbas que garantirão sua execução serem destinadas exclusivamente para essa finalidade; que entendia tratar-se de um projeto decorrente de acordos internacionais, aprovado pelo Senado Federal, e que, portanto, não dava lugar a imobilismos e que o atual Governo já encontrara esse projeto andando; que voltava a insistir que o Médio Tietê precisava de respostas urgentes sobre a capacidade de investimento da Secretaria de Recursos Hídricos para que o Médio



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Tietê não voltasse a sofrer os impactos da transferência de cheias. Em seguida, ocorreu a manifestação do Deputado Estadual Milton Flávio, que teceu, grosso modo, as seguintes considerações: que saudava a todos e falava não só como Deputado da região, mas como representante do líder da Assembléia, Paulo Kobayashi, demonstrando a preocupação da Assembléia com esse problema; que participou de reuniões com os órgãos executores desse projeto, que era muito grande e envolvia uma região densamente povoada; que esse projeto foi aprovado por um povo que não se envolveria em um projeto sem qualidade; que não acreditava que o Senado japonês se preocupasse com obras sem levar em conta o meio ambiente; que ressaltava possuir a Assembléia Legislativa essa preocupação e que, inclusive, a Comissão de Meio Ambiente da Assembléia elaborou um projeto de lei que procurava criar uma política ambiental para São Paulo e que esse projeto, de grande qualidade, estava pronto para ser votado; que o Secretário Hugo Marques apresentou, no dia 9 de julho, para o Tribunal de Contas e para alguns parlamentares o sistema de flotação que poderá despoluir, rapidamente, trechos importantes do Rio Tietê e achava que essa providência será muito importante e responderá de forma objetiva algumas das preocupações aqui colocadas; que era crítico o seu posicionamento em relação a algumas colocações feitas, embora não fosse especialista nessa área, pois era professor de Medicina; que viu pessoas criticarem esse projeto por diversos motivos: uns, porque ele provocará um efeito de cheias a jusante, outros por tratar-se da execução de um grande piscinão, outros porque não acrescentaria nada na velocidade do rio; que percebeu a existência de conflitos e confrontos entre preocupações regionais e ambientais, que acabavam se contrapondo em um projeto que tentava, de maneira adequada, solucionar um problema que não podia nem ser esquecido nem minimizado, que eram as enchentes na RMSP; que achava dever o Estado preocupar-se com o Alto, Médio e Baixo Tietê e com a despoluição do Rio Tietê e concordava que esta última medida era tão ou mais importante que o rodízio na região metropolitana; que, como médico e professor de Medicina, não conseguia compreender a relação entre o projeto de aprofundamento da calha e a disseminação de doenças que possam acontecer e devem estar ocorrendo em Pirapora, pois, pelo contrário, se esse projeto fizer com que se aumentem as velocidades das águas do Rio Tietê, seguramente isso ocorrerá pela oxigenação, o que fará com que esses problemas sejam minimizados; que, portanto, com todo envolvimento que se pudesse ter, com toda a emoção, não se podia imputar ou responsabilizar o projeto calha por problemas que, seguramente, ele não produzirá. Em seguida, se manifestou o vereador da Câmara Municipal de Porto Feliz, Cláudio Maffei, que teceu as seguintes considerações: que externava a voz dos que viviam nas cidades ribeirinhas ao Rio Tietê, aqueles chamados *caipiras*, condição essa que tinha muito orgulho de possuir, assim como seu pai e seu avô, que sobreviveu graças às riquezas provindas do Rio Tietê; que se tinha o direito de viver num ambiente sem a poluição vinda da RMSP e que esperava que os milhões de cidadãos não vivessem apenas a condição de sobreviventes na beira do Rio Tietê; que esses cidadãos não queriam o lixo vindo de São Paulo e, também, não queriam ter suas casas invadidas por enchentes, que não queriam viver na iminência de ter um câncer devido a produtos das fábricas da RMSP; que queriam um rio limpo e puro para voltar a pescar no Tietê; que perguntava se apesar de toda modernidade e da avançada tecnologia não era possível deter a poluição diretamente na fonte; que não queriam ser depositários do lixo e do lodo vindos da Capital e que falava isso em nome da população ribeirinha; que esperava que, pela tradição democrática do Governo constituído de São Paulo, não houvesse retaliação política àqueles prefeitos e todos os outros batalhadores que ousavam defender o direito de seus cidadãos; que perguntava o que o caboclo, o que o caipira, tinha como garantia e a quem deveriam reclamar se por acaso tiver suas



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

casas invadidas pelo lodo e pela água do Tietê ou se um filho seu vier a ter um câncer ou uma doença provinda desse maldito lodo que se pretendia lançar no Médio Tietê. Em seguida, o Secretário Executivo informou que, nessa próxima etapa, falariam os Secretários e Prefeitos. Teve lugar, então, a manifestação do Secretário de Recursos Hídricos, Hugo Marques da Rosa, que, grosso modo, teceu as seguintes considerações: que essa era uma oportunidade importante de se estar no Médio Tietê, mais uma vez, pois já estivera em Salto, em Tietê e, agora, em Porto Feliz, para falar, de um lado, sobre o rebaixamento da calha, e, de outro, informar sobre o que o Estado estava fazendo para despoluir o Rio Tietê; que o objetivo dessa obra, embora lhe tenha sido dado o nome de “Obra de Despoluição do Rio Tietê”, um nome infeliz que lhe fora dado no contrato de financiamento, era o controle das enchentes; que o Estado estava fazendo muita coisa para despoluir esse rio e aproveitava essa oportunidade para dar uma satisfação à população do Médio Tietê sobre as ações que estavam sendo desenvolvidas para despoluir o rio e, principalmente, qual será a continuidade dessas ações; que, com relação à despoluição, que passaria a ler alguns trechos do artigo escrito por Francisco Bergamino: “que ambos os rios Tietê e Pinheiros são intensamente poluídos, o Tietê recebe 3 metros cúbicos de esgoto por segundo e o Pinheiros meio metro cúbico e, ainda mais, ambos recebem fabulosa massa de resíduos industriais, todos esses, com raríssimas exceções, muito mais poluidores que os esgotos; que, admitimos para argumentar, que o volume dos resíduos industriais é apenas igual ao volume dos esgotos, e teremos assim um efluente poluidor de cerca de sete m³/s; que, como o Rio Tietê já chegou a ter uma vazão de 5 m³/s, os resíduos poluidores podem ser mais volumosos que o curso d’água receptor, pois, se a vazão do rio baixa, os efluentes poluidores não baixam nunca, ao contrário, só tendem a aumentar”; que esse artigo não era atual, ele fora escrito em 1939, que, através dessa leitura se constatava que, em 1940, o Rio Tietê em grandes trechos tinha zero de oxigênio dissolvido, portanto já não havia peixes em grande parte do trecho; que passaria a ler outros trechos desse artigo: “que, se as águas do Rio Tietê constituíam uma ameaça à saúde pública, logicamente elas não poderiam ser utilizadas para fins recreativos, elas eram um atentado à saúde dos atletas que disputavam anualmente a travessia de São Paulo a nado, certame que deveria ser abolido enquanto as águas não apresentarem condições satisfatórias de higiene; que, sendo assim, o gráfico mostrava que as taxas de oxigênio dissolvido no Rio Tietê estavam abaixo do mínimo tolerado pela lei até Itu, numa extensão de 150 km; que ainda não tinha sido possível fazer um estudo da poluição bacteriológica do Rio Tietê, que, em 1933, Jesus Neto fez determinações nesse sentido, de Guarulhos a Itu, tendo verificado que o índice *colli* estava acima dos padrões bacteriológicos usados pelo Public Helf Service dos Estados Unidos; que era possível que o trecho do rio contaminado bacteriologicamente seja atualmente maior”; que se constatava por esse artigo que, se o exame bacteriológico realizado em 1933 já demonstrava esse índice, o processo de contaminação era antigo e que ele, Secretário, ficava menos culpado pois havia chegado a São Paulo em 1967; que, com relação ao que o Estado estava fazendo, iria apresentar algumas transparências com dados sobre o “Projeto Tietê”; que se constatava que até 1994 foram investidos 126 milhões, mas não necessariamente pagos, pois parte dessa conta foi paga pela atual administração; que até maio de 1997 foram investidos 487 milhões e que, se se deduzir, verificar-se-á que foram investidos por essa administração, além de parte das despesas da administração anterior, mais cerca de 360 milhões, o que significava que, nos primeiros trinta meses de governo, foram investidos cerca de três vezes mais do que na administração anterior e, sendo assim, temos mais ovos e menos cacarejos; que, em relação ao “Projeto de Guarapiranga”, foram investidos cerca de 3,2 milhões e, até junho de 1997, cerca de 162 milhões; que se tinha realizado menos de 2% desse projeto até dezembro de 1994 e, em



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

junho de 1997, 62%; que tanto o “Projeto Guarapiranga” como a primeira fase do “Projeto Tietê” estarão concluídos até o final do ano que vem; que apenas a primeira fase desse projeto estava sendo executada e a Sabesp vinha trabalhando há algum tempo, independentemente da obra do rebaixamento da calha, porque se tratava de um outro programa, na continuidade do “Projeto Tietê”, que, nesse estágio, constituía apenas um estudo técnico, ainda precisando ser aprovado do ponto de vista da viabilidade econômica, mas que, dentro de três semanas, já se teria condições de anunciá-lo de forma definitiva; que se poderia observar através das transparências o que havia sido executado do “Projeto Tietê” até a década de 90; que o conjunto das obras da segunda fase representava um total de 110 mil unidades de ligações domiciliares, 735km de redes coletoras de esgoto, 243km de coletores-tronco principais, 92km de coletores-tronco secundários, 68km de interceptores e uma ampliação de Estação de Tratamento de Esgoto; que, embora não tenha sido noticiada oficialmente, a segunda fase desse projeto havia começado, pois, daqueles 735km de redes coletoras, 300km estarão prontos até o final do ano que vinha; que o resumo geral dos investimentos foi o seguinte: grupo 1, engenharia e administração, 44 milhões, grupo 2, custos diretos, estações de tratamento, interceptores, coletores principais e secundários e redes de ligações, 658 milhões, grupo 3, custos decorrentes dos programas especiais, desapropriações, programas de informações geográficas, programas de educação ambiental, mais 139 milhões; que o total de investimentos nessa segunda fase foi de 841 milhões; que, para se ter uma idéia, a obra de rebaixamento da calha era da ordem de 150 milhões, valor muito pequeno em face do que estava sendo investido para despoluição do Rio Tietê; que, no âmbito do “Programa Barueri-Billings”, serão instalados 26,3km de coletores principais, 150km de redes coletoras, 10 mil ligações domiciliares, aquelas que eram feitas com extensão da rede, não levando em conta o crescimento vegetativo; em seguida, se tinha o “Programa Barueri-Pinheiros”, até o Cebolão, cujos coletores-tronco e todos os interceptores que compunham a Bacia do Rio Pinheiros já estavam prontos para serem levados à licitação, que perfaziam 26 licitações, cujos editais seriam publicados nos próximos dias; que, no âmbito desse programa, seriam instalados 30km de interceptores, 117 de coletores principais, 6,3 de coletores secundários, 13 de redes coletoras e 1000 ligações domiciliares em marcha; que o “Programa Barueri-Santos” envolveu toda a região central da cidade de São Paulo, inclusive a reconstrução de coletores que foram destruídos; que, por exemplo, no Vale do Anhangabaú, para aonde convergia todo o esgoto da região central de São Paulo, havia um coletor que levava esse esgoto até a marginal; que, na gestão Jânio Quadros, quando começou a ser feita a reurbanização do Vale do Anhangabaú, esse coletor foi destruído e todo o esgoto do centro coletado se perdia em algum lugar do Vale e, conseqüentemente, ia para o lençol freático, para os rios; que, por essa razão, esse coletor precisava ser reconstruído por baixo de toda a complexidade do Vale do Anhangabaú; que o “Programa Cabeceiras do Tietê” já havia começado e ficará pronto até o final de 1998; que, em 1997, estavam sendo investidos cerca de 400 milhões de reais na despoluição do Rio Tietê; que, em 1998, se concluirá a 1ª fase, cujo valor será de 120 milhões; que em 1999 serão gastos 265 milhões, no ano 2000, 335 milhões, e, no ano 2001, 120 milhões, concluindo-se a segunda fase; no ano de 2001, começará a 3ª fase, que se concluirá no ano 2002; que todas as ações estavam individualizadas, perfeitamente definidas, diferentemente do que aconteceu na primeira fase, quando foi contratado o Pró-Tietê e não se sabia bem como se devia proceder; que para a 2ª fase as obras estavam perfeitamente definidas, sabendo-se exatamente em que consistiam e quanto cada uma custará e que só faltava analisar a viabilidade de todas essas ações no fluxo de caixa da Sabesp; que esse projeto foi apresentado ao Ministério Público, e se estava trabalhando com a hipótese de se fazer um acordo judicial com o Ministério



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Público, garantindo-se que esse programa seja cumprido pelas futuras administrações; que a forma de garantir que esse cronograma seja cumprido pelos futuros governantes era estabelecer isso num acordo judicial com o Ministério Público, pois, independentemente de quem será o futuro governante, isso terá de ser executado; que, se esse projeto for executado, se terão valores substanciais de esgoto coletado e tratado no ano 2000; que, como foi dito aqui, se estava trabalhando com a hipótese de ações complementares, pois, mesmo quando 100% das redes coletoras de esgoto estiverem executadas, mesmo assim não se estará coletando 100%, e que, por essa razão, se estava estudando medidas complementares para serem aplicadas no próprio corpo d'água, e uma delas dizia respeito a tecnologia de flotação, em relação à qual foi feito um primeiro teste na Universidade Federal de São Carlos, em seguida, sua apresentação para o Comitê de Bacia; que instalou-se uma estação-piloto no Cebolão, que funcionará até o final de julho, e convidava todos, principalmente as entidades não-governamentais que faziam parte do Consema, do Conselho de Recursos Hídricos e dos Comitês de Bacia do Médio e do Alto Tietê, para verificarem o seu funcionamento; que se estava captando água do Rio Pinheiros, cuja qualidade era pior do que a do Rio Tietê, tratando essa água e devolvendo-a para o rio; que se conseguiram índices de 95% de remoção do fósforo, muito superior àquele conseguido pelas estações de tratamento em funcionamento, o qual era o principal causador das espumas. Em seguida, fez uso da palavra o Prefeito do Município de Tietê, Basílio Sacconi Neto, que, grosso modo, teceu as seguintes considerações: que essa foi uma noite grandiosa e quase tudo já havia sido dito; que o gigante Rio Tietê, que deu às costas para o mar, estava sendo morto, às vésperas do ano 2000; que pedia às autoridades que considerassem as pessoas que viviam no Médio Tietê e que precisavam continuar vivendo; que não era contrário às soluções oferecidas para a RMSP, mas queria que a população do Baixo e do Médio Tietê fosse considerada com carinho e seus problemas fossem tratados com transparência. Em seguida, manifestou-se o Prefeito do Município de Porto Feliz, Leonardo Rogado, que teceu as seguintes considerações: que cumprimentava a Mesa, os parlamentares, as autoridades, os deputados e a Deputada Maria do Carmo; que Porto Feliz, no passado, servira para a conquista de um sertão distante e que hoje se oferecia para a realização de uma audiência pública; que faria algumas sugestões, e que uma delas era que os resultados dessa audiência pública tivessem um só caminho, uma só direção; que o Secretário Hugo Rosa se propunha a responder críticas e que, em sua exposição, se referira ao Médio Tietê com pouca sensibilidade; que sugeria fosse feito um debate com maiores explicações, com a presença de médicos e biólogos que pudessem, de uma maneira organizada, responder algumas questões; que Porto Feliz se colocava à disposição, mas que esse debate também poderia ser feito em outra cidade, pois a réplica frente a frente era muito importante; que algumas críticas foram colocadas e era importante que fossem respondidas; que pretendia fosse feita uma progressiva despoluição do lixo oriundo de São Paulo e que era necessário reconhecer que as regras vigentes contribuíam para poluir o rio; e que esperava que se pudesse realizar futuramente um grande debate. Em seguida, ocorreu à manifestação do Prefeito de Pirapora do Bom Jesus, Jesus Miguel Bueno, que, grosso modo, teceu as seguintes considerações: que reconhecia e acreditava no trabalho do Secretário Hugo Marques da Rosa, que era a única pessoa do governo que expunha, em todas as oportunidades, as suas idéias; que esse auditório estava agora quase vazio, o que era uma pena, pois o assunto era importante; que Pirapora hoje era o centro das atenções, a poluição que lá existia respirava-se no ar e que, se a calha for rebaixada, esse problema lá se agravará; que, aos finais de semana, enganavam-se os turistas, fechando-se as barragens da Eletropaulo para que não vissem a poluição; que, às 18:00 horas, o ar ficava irrespirável; que muitas romarias iam à Pirapora e chamavam-na de “Cidade das Espumas”, realidade



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

essa que, em breve, seria compartilhada com os outros Municípios; que o governo estava fazendo um trabalho sério de despoluição e que não se deveria propor que o rio devesse subir ou descer, mas, sim, ser despoluído. Concluídos esses pronunciamentos, o Secretário Executivo informou que se iniciaria a etapa das réplicas, ofereceu os esclarecimentos sobre o funcionamento do Consema solicitados pela deputada Piunti e passou a palavra ao Secretário Hugo Rosa, que teceu as seguintes considerações: que, mensalmente, era elaborado um relatório sobre cada um dos componentes do Projeto Tietê, que era colocado na Internet, cujo endereço provisório era o seguinte: NTBOX.COM.BR-Tietê; que se estava fazendo, desde o mês de abril, o monitoramento intensivo em todo o Rio Tietê, desde a nascente em Salesópolis até Barra Bonita, e que estava sendo monitorada não só a qualidade da água do Rio Tietê como também de seus afluentes, e que esses dados estavam sendo monitorados pelo Projeto Billings e havia sido solicitado que também fossem colocados em disponibilidade na Internet; que, assim que tiver esse endereço, comunicaria aos Comitês de Bacia do Médio Tietê, para que a população pudesse acompanhar, mensalmente, o resultado da análise da qualidade da água e dos sedimentos em vários pontos do Rio Tietê; que o conselheiro Carlos Bocuhy colocou várias questões e que com algumas delas não concordava, como, por exemplo, de que o rebaixamento da calha não aumentará a inclinação do rio e, conseqüentemente, não aumentará a velocidade; que haverá um pequeno aumento da velocidade, embora não seja significativo; que a vazão era o produto da seção do rio pela velocidade, era seção vezes velocidade, e que, à medida que se rebaixava o rio, se aumentava a seção, então se aumentava a vazão proporcionalmente; que, se se dobrava a seção, se dobrava a vazão, o que significava afirmar que, se se tinha uma estrada com duas faixas e se aumentava para quatro o número de faixas, mesmo sem se aumentar a velocidade dos carros que nela transitarão, aumentará o seu número, porque a quantidade de carro era proporcional a vazão multiplicada pelo número de carros; que haverá um aumento de vazão e um discreto aumento de velocidade no Rio Tietê; que não haverá transporte de sedimentos, mas, sim, depósito de sedimentos, mas que isso não acarretará nenhum problema, pois, se o rio aumentar a velocidade o suficiente para carregar os sedimentos, esses sedimentos não seriam carregados até Mar del Plata, mas se depositariam em alguma barragem e daí teriam de ser removidos; que o objetivo do projeto não era evitar o desassoreamento, mas aumentar a vazão; que a Sabesp estava fazendo ligações das indústrias na sua rede e, para que não ficasse comprometido o desempenho das estações de tratamento, esses esgotos seriam monitorados pela Cetesb; que nunca houve um Plano Diretor de Macrodrenagem para a RMSP, foi a SRH que fez essa proposta; que se estava trabalhando em parceria com a Prefeitura do Município de São Paulo e as do ABC; que se criou uma Câmara Técnica para controle de inundação, dada a importância dessa questão; que os itens do projeto foram discutidos um a um no Senado japonês; que alterar esse plano não era muito fácil; que esse projeto foi montado no governo anterior, mas o contrato não foi assinado porque o Estado estava inadimplente; que deviam ser tomadas medidas para não tornar essa obra obsoleta. Em seguida teceu considerações sobre os dados oferecidos acerca da impermeabilização da RMSP, sobre os descarregadores de fundo (que se encontravam 10m de profundidade e que o nome de descarregador de fundo era infeliz); sobre a saúde pública, que não se encontrava ameaçada; sobre o fato de ser questionável a afirmação de que existiam substâncias cancerígenas nos dejetos; sobre a análise feita pela Secretaria da Agricultura e do Abastecimento nos peixes da Billings; sobre a possibilidade de a mortandade de peixes ser causada pela poluição difusa de grande carga de matéria orgânica; sobre a questão do lixo; sobre o fato de a Represa de Pirapora ter de operar com volume de espera e o efeito desse fenômeno no lixo; sobre a expectativa de acréscimo de vazão e a complexa relação entre os



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Rios Pinheiros e o Tietê; sobre a diminuição de doenças em Pirapora, pois o gás sulfídrico alcançaria um nível menor com a nova regra operativa; e sobre a diminuição da permanência da água no reservatório. Em seguida, manifestou-se o engenheiro Marcos Palermo, que teceu as seguintes considerações: que pouco tinha a acrescentar, uma vez que o Secretário de Recursos Hídricos havia dado resposta a quase todas as questões; que a disseminação de informações era complicada para a comunidade técnica; que convidava todos, principalmente as ONGs, para participarem das discussões das Câmaras Técnicas, quase todas as segundas-feiras, na Secretaria de Recursos Hídricos, na Rua Riachuelo; que concordava com a posição de que o Rio Tietê não era um rio favorável para instalação de descarregador de fundo. Em seguida, Dr. Júlio César Cerqueira Neto expôs os seguintes pontos de vista: que novamente fora citado, pelo fato de ter sido divulgado que, à época do Governo Montoro, ele teria-se demitido por ser contrário a essa obra; que o Projeto Promon fora contratado por ele, quando Diretor do DAEE; que era favorável à execução dessa obra, mas que, com relação à barragem móvel, possuía dúvida quanto à sua realização. Em seguida, manifestaram-se os representantes das entidades ambientalista cadastradas no Consema, Rinaldo Orlandini (que teceu considerações sobre a necessidade de se incorporarem em uma outra audiência as questões que não haviam sido respondidas), Carlos Alberto Harley Bocuhy e Ismar Ferrari (que as informações oferecidas basearam-se em dados de análises feitas pelo Professor Aristides A. Rocha, pela Dra. Noemi e pelo Dr. Batalha, em pesquisas científicas acumuladas durante anos; que o efeito energético de combinação de várias substâncias era diferente daquele constatado quando cada substância era analisada isoladamente, que não apresentavam risco, mas, combinadas entre si, eram muito perigosas, como acontecia com o chumbo, por exemplo; que, para finalizar, constatava que o EIA/RIMA não havia convencido; que, se o descarregador de fundo não causava problema nenhum, não havia o que temer; que se deveria elaborar um EIA para os descarregadores de fundo e rever o EIA elaborado em alguns pontos, como no que dizia respeito ao regime hidrológico). Como mais nada foi tratado, o Secretário Executivo agradeceu, em nome do Deputado Fábio Feldmann, Secretário do Meio Ambiente, a presença de todos e sua importante participação para que as discussões alcançassem o nível que alcançaram, o que certamente contribuirá para o aprimoramento desse projeto. Em seguida, declarou encerrados os trabalhos. Eu, Germano Seara Filho, Secretário Executivo do Consema, lavrei e assino a presente ata.

GSF-PS